

SEQUÊNCIA DE PROCEDIMENTOS

Procedimento	O que implica?
1º Verificação da elegibilidade da(s) parcela(s) a candidatar	O agricultor verifica se a(s) parcela(s) a candidatar: <ul style="list-style-type: none">• atende(m) a todas as condições de elegibilidade indicadas no site http://agricultores.extensity.pt/• não consta(m) nos Pedidos Únicos anteriores com os códigos da existência de pastagens semeadas biodiversas "04" ou "999"
2º Adesão	O agricultor contacta uma Associada da UNAC, para que o seu processo de adesão seja iniciado e acompanhado por um técnico. Nesta fase o agricultor identifica a área de compromisso e o plano anual de intervenção a implementar até 31 de Dezembro de 2014.
3º Verificação da área intervencionada	A associada da UNAC que acompanha o processo procede à verificação da área intervencionada e do método utilizado.
4º Contratação	A Terraprima faz a contratação quando o agricultor tiver entregue toda a documentação necessária dentro do prazo comunicado pelo apoio técnico.
5º Pagamentos	A Terraprima faz os pagamentos após assinatura do contrato com o agricultor e validação do relatório anual de monitorização do sequestro pelo Fundo Português de Carbono.

Mais informações em <http://agricultores.extensity.pt/>



CONTACTOS

Terraprima

Av. Manuel da Maia, nº 36, C/v Dt.º, 1000-201 Lisboa
ambiental@terraprima.pt
Tel.: 914 347 368

Nuno Calado

ncalado@unac.pt
Tel.: 912 344 531

ACHAR

Associação dos Agricultores da Charneca
charneca@achar.pt
Tel.: 249 760 041

AFLOSOR

Associação dos Produtores Florestais da Região de Ponte de Sôr
aflosor@sapo.pt
Tel.: 242 203 296

APFC

Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitófes
apfc@apfc.pt
Tel.: 243 617 473

Pedro Silveira

pcsilveira@ansub.pt
Tel.: 913 636 309

AFLOBEI

Associação dos Produtores Florestais da Beira Interior
aflobei@netvisao.pt
Tel.: 272 325 741

ANSUB

Associação dos Produtores Florestais do Vale do Sado
ansub@ansub.pt
Tel.: 265 612 684

Mais informações em:
<http://agricultores.extensity.pt/>



brisk design



NOVA
FASE DE
ADESÃO!

Projecto Terraprima - Fundo Português de Carbono

Sequestro de Carbono por Alteração de Métodos de Controlo de Vegetação Espontânea



Altere o método de controlo de matos e seja compensado pelo carbono que sequestra entre 2011 e 2014

Mais informações em <http://agricultores.extensity.pt/>

São elegíveis áreas florestais do sul e interior centro do país, dominadas por sobre, azinho, pinheiro-manso e carvalho-negral

Projecto Financiado por:



Fundo português de Carbono



Em colaboração com:



ALTERAÇÃO DO MÉTODO DE CONTROLO DE MATOS EM ÁREAS AGRO-FLORESTAIS

A Terraprima - Serviços Ambientais iniciou um projecto de remuneração do sequestro de carbono no solo associado à mudança de práticas de controlo do mato. Pretende-se fomentar a mudança de métodos lesivos para o solo (como a grade) para métodos que promovem a acumulação de matéria orgânica (como o corta-matos ou o destroçador).

A remuneração do sequestro de carbono proporcionado pelos agricultores aderentes é garantida pelo apoio que o Fundo Português de Carbono dá, desde 2008, a projectos de redução de emissões e de aumento de sequestro de CO₂ em Portugal. Este apoio constitui uma oportunidade para a remuneração dos serviços ambientais em áreas agrícolas e para a sustentabilidade dos sistemas agro-florestais.

A TERRAPRIMA e o FUNDO PORTUGUÊS DE CARBONO

A Terraprima - Serviços Ambientais é uma empresa “spin-off” do Instituto Superior Técnico (IST). Surgiu na sequência do projecto “Extensivity - Sistemas de Gestão Ambiental e de Sustentabilidade na Agricultura Extensiva”, coordenado pelo IST. O projecto demonstrou o grande potencial de sequestro de carbono no solo pelas pastagens permanentes semeadas biodiversas e ricas em leguminosas (PPSBRL).

A Terraprima - Serviços Ambientais concorreu, em 2008, aos apoios do Fundo Português de Carbono e recebeu financiamento para um projecto visando o sequestro de carbono em explorações agrícolas através das PPSBRL. A sua implementação representou uma das maiores operações de extensão rural já realizadas em Portugal, com uma forte assistência técnica a mais de 500 agricultores. Foram semeados cerca de 25.000 ha de PPSBRL, que contribuíram com um sequestro de 0,4 Mt CO₂. Está agora a ser implementado um novo projecto de expansão das PPSBRL, para o qual se prevê um contributo adicional de 30.000 ha de PPSBRL, bem como um outro de remuneração do sequestro de carbono por mudança de práticas de controlo do mato, em 100.000 ha. Este último projecto visa um sequestro de 0,72 Mt CO₂ até final de 2014.

VANTAGENS DA ALTERAÇÃO DO MÉTODO DE CONTROLO DOS MATOS

Nas áreas agro-florestais é usual a realização periódica de controlos da vegetação arbustiva, utilizando-se métodos como a gradagem, que envolvem mobilização do solo. Estas operações, que ocorrem a cada 2 a 5 anos, são destrutivas para o solo e provocam a mineralização da matéria orgânica que foi acumulada durante o período não intervencionado. Em contrapartida, o controlo do mato com corta-matos ou destroçador implica uma intervenção à superfície, que não tem consequências negativas para o solo e promove a acumulação de matéria orgânica. A não mobilização tem ainda efeitos ambientais e agronómicos benéficos para o solo, ao promover a sua protecção, a redução da erosão e a melhoria da regulação hídrica. Adicionalmente, reduz a incidência de danos nas raízes das árvores, o que no caso do montado assume particular importância.

ELEGIBILIDADE E COMPROMISSOS

São elegíveis áreas com coberto florestal dominado por sobreiro, azinheira, carvalho negral ou pinheiro manso, no sul e interior centro do país. Devem, ainda, ser áreas sujeitas regularmente a controlo de mato, com corta-matos ou gradagem.

Ao aderirem ao projecto, os agricultores terão de assumir o compromisso de realizar as desmatagens utilizando métodos não lesivos para o solo, de 1 de Janeiro de 2011 a 31 de Dezembro de 2014. Ser-lhes-á ainda solicitado que:

- identifiquem e localizem, especialmente, a área com que pretendem inscrever-se no projecto;
- estabeleçam um planeamento anual de desmatagens na área de adesão, para os quatro anos do projecto (poderá sofrer alterações, sujeitas a aprovação pela equipa técnica do projecto);
- não tenham realizado mobilizações de solo, na área que pretendem inscrever no projecto, desde 1 de Janeiro de 2011.



REMUNERAÇÃO DO SEQUESTRO DE CARBONO

O sequestro de carbono será reportado ao Fundo Português de Carbono como o produto entre a área angrariada e monitorizada pelo projecto e um factor de sequestro de carbono no solo por unidade de área. Este factor corresponde à diferença entre o carbono sequestrado nas áreas sob gestão com corta-matos ou destroçador e o carbono sequestrado em zonas gradadas. Trata-se de uma metodologia semelhante à utilizada pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPPC).

Os agricultores inscritos no projecto e que cumpram os seus compromissos serão remunerados, num valor estimado em 40 €/ha (a partir de 2 ha). Nunca poderão receber mais do que o valor correspondente a um quarto (25%) da área de compromisso em cada ano. Cada hectare só será remunerado após intervenção e uma única vez, mesmo que sofra mais que uma intervenção até 2014.

APOIO AOS AGRICULTORES

O projecto será implementado com a colaboração da UNAC - União da Floresta Mediterrânica. Esta entidade representa os interesses dos produtores florestais da região mediterrânica e tem como objectivos, entre outros, a protecção da floresta, o desenvolvimento do mundo rural e a defesa dos interesses económicos e sociais da região.

Serão as Associadas da UNAC a providenciar apoio administrativo e técnico no momento da adesão, no processo de contratação e nas verificações de campo. Estas verificações realizam-se após as intervenções de controlo do mato e destinam-se a validar o método utilizado, bem como a área desmatada.

